**SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL**

**MMA, 2000.**

“A gestão ambiental pode ser definida como sendo um conjunto de estratégias, princípios e procedimentos para proteger a integridade dos meios físico e biótico, bem como a dos grupos que deles dependem. (....) Gestão integrada dos recursos naturais consiste no estabelecimento de um conjunto de ações de natureza administrativa, em um determinado espaço ou unidade de planejamento, que considere as inter-relações entre os recursos naturais e as atividades socioeconômicas. Gestão é, em outras palavras, o modus operandi cuja premissa básica é manter os recursos naturais disponíveis para o desenvolvimento, hoje, amanhã e sempre. (...)

As premissas da gestão sustentável dos recursos naturais requer posturas mais abrangentes do governo e da sociedade como condições indispensáveis à sua implementação. Tais condições surgem neste trabalho como premissas que condicionam a implementação das estratégias propostas, nesse sentido, destacamos abaixo alguns pontos apontados pelo Ministério do Meio Ambiente que devem ser considerados nesse tema.

I) PARTICIPAÇÃO

A gestão dos recursos naturais, na forma como descrita neste trabalho, somente poderá ser implementada com a participação dos diferentes atores sociais que, direta ou indiretamente, atuam no processo de utilização dos recursos naturais. É essencial estabelecer mecanismos que permitam essa participação, desde a definição do objeto da gestão até a execução das atividades de monitoramento e fiscalização, passando pelos processos de licenciamento e pelos critérios e limites a serem adotados.

II) DISSEMINAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO

Para a efetivação dessa participação, é preciso que as informações derivadas do exercício da gestão possam ser adaptadas aos diferentes públicos a que se destinam, criando as condições de comunicação necessárias ao entendimento dos meios e dos objetivos da gestão pretendida.

III) DESCENTRALIZAÇÃO

Descentralizar decisões e ações no âmbito da gestão de recursos naturais significa, acima de tudo, criar espaços de oportunidade para que as soluções dos problemas possam ser equacionadas local e regionalmente. Trata-se de permitir que agentes governamentais locais, com poder de decisão, assumam, em conjunto com os agentes sociais, a construção de uma pauta de atividades que leve à gestão sustentável dos recursos naturais” MMA, 2000:16-17)..

IV) DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL

A base do processo de gestão dos recursos naturais consiste na existência de instituições e grupos, governamentais e não-governamentais, dotados de recursos humanos capacitados para interagir com as populações na execução de planos de manejo, campanhas de monitoramento, procedimentos licenciatórios, entre outros. É da capacidade institucional instalada que dependerá, também, a percolação das ações por toda a sociedade. É sobre ela que estarão centradas as tarefas de disseminação essenciais à natureza da gestão e primordiais para a construção de processos participativos.

V) INTERDISCIPLINARIDADE DA ABORDAGEM DA GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS, PROMOVENDO A INSERÇÃO AMBIENTAL NAS POLÍTICAS SETORIAIS

A inserção da variável ambiental, muitas vezes predominante no processo de concepção, avaliação e implementação de políticas públicas setoriais, é fundamental para a viabilização da gestão dos recursos naturais e para a construção de um processo de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, toda e qualquer política pública que, direta ou indiretamente, utilize recursos naturais deve estar comprometida com a proteção ambiental, considerando os possíveis impactos ambientais e introduzindo procedimentos de prevenção de possíveis danos”. (MMA, 2000:38).

“Um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) inclui à estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. São as atitudes da (...) [instituição] na busca de minimizar ou eliminar os efeitos negativos que suas atividades provocam no ambiente (GUIMARÃES, 2006)” (Silveira, Alves e Flaviano, 2014: 90-91)

No Quadro 1 é apresentada uma síntese das práticas do SGA, mais abordadas na literatura.

Quadro 1. Práticas do SGA:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| PRÁTICA | DEFINIÇÃO | AUTORES |
| Energia | Pressupõe conciliar desenvolvimento com uso racional. É busca por fontes de energia limpas e renováveis | Werebe, 2010. |
| Resíduos | Busca pela redução do peso ou o volume dos resíduos gerados, muitas vezes modificando suas características, a fim de produzir o mínimo de resíduos e reduzir seu grau de periculosidade. | Fonseca *et al*, 2009. |
| Custos Produtivos | Eliminar ou reduzir os impactos produtivos na fonte de geração, em vez de preocupar-se com seu tratamento que geram custos para adequar-se à legislação. | Teixeira, 2006.  Calado, 2007. |
| Fornecedores | A gestão ambiental deve ser considerada uma cadeia, desse modo, nota-se a imposição a fornecedores diretos e indiretos de requisitos socioambientais associados ao processo produtivo e/ou ao produto. | Carvalho, 2011. |
| Água/Efluentes | A água utilizada na produção deve ser tratada para minimizar o impacto causado no ambiente e nas correntes de água, caso contrário terá seu uso inviabilizado. | Rosa *et al*, 2011. |
| Legislação | O licenciamento ambiental, como principal instrumento de prevenção de danos ambientais, age de forma a prevenir os danos que uma determinada atividade poderia causar ao ambiente. | Antunes, 2008. |
| Colaboradores | Ações como campanhas de motivação, educação ambiental e treinamento dos colaboradores para que eles assumam uma postura de respeito ao meio ambiente, assegurando práticas adequadas na execução de suas atividades. | Carvalho, 2011. |

Fonte: elaborado por Silveira, Alves e Flaviano, 2014.

Referências Bibliográficas:

Ministério do Meio Ambiente. Gestão dos Recursos Naturais: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira / Maria do Carmo de Lima Bezerra e Tania Maria Tonelli Munhoz (coordenação-geral). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio TC/BR/FUNATURA, 2000.

Disponível em: <http://www.smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental/Agenda%2021/gestao.pdf>

SILVEIRA, M P; ALVES, J N; FLAVIANO, V. Os desafios da implantação de um Sistema de Gestão Ambiental: estudo de caso de uma indústria de laticínios. Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 88 – 106, out.2013/ mar.2014.

Disponível em: h[ttp://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao\_ambiental/article/view/1678/1241](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/1678/1241)